

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2024

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

O presente tomo das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa — Classe de Letras* reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras nos anos de 2016 e 2017.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XLV

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Impressão: Gráfica 99

Data de impressão: 2024

ISSN: 0378-116X

Depósito legal: 61370/92

DOI: <https://doi.org/10.58164/dr69-0065>

O Projecto Europeu em Declínio

PAULO DE PITTA E CUNHA[†]

1. O entendimento firmado em Julho de 2015 entre o Chefe do Governo grego e os seus parceiros europeus ficou marcado pela patente desconfiança dos últimos e pelo bizarro reconhecimento, pelo primeiro, de que não acreditava na solução, mas assinava para evitar males maiores.

O problema da Grécia arrasta-se há tanto tempo, sem solução final à vista, que, só por si, tem prejudicado seriamente a imagem da zona euro e da União Europeia.

A ideia de que pode estar a processar-se uma desagregação (ou desintegração) da construção europeia está a tomar inquietantes proporções.

Para além do distanciamento dos países que mantêm moeda própria em relação aos seus parceiros da União, é no próprio âmbito da zona euro que a recente negociação com a Grécia evidenciou grandes diferenças entre países favoráveis à disciplina férrea (Alemanha, Finlândia, etc.) e países mais voltados para uma linha de flexibilidade (França, Itália).

2. A Alemanha, ou pelo menos, o Ministro das Finanças do seu Governo, pareceu até favorecer a saída da Grécia, com a estranha cosmética da qualificação como “temporária”, enquanto a França, que terá despertado do torpor em que vivia na esfera da política europeia, se pronunciou fortemente a favor da salvação do país em crise dentro da zona.

Por outro lado, torna-se compreensível a reacção dos países que seguiram programas rigorosos de austeridade (Portugal, Espanha), em face da outorga à Grécia de facilidades de que a seu tempo não beneficiaram e de Estados-membros da zona euro, que se afirmam mais pobres do que a Grécia (Eslováquia, Eslovénia, etc.) e se rebelam contra o que consideram um apoio excessivo a esse país.

3. Fica-se com a desconfortável impressão de que a União Europeia anda à deriva: os países do Eurogrupo, tendo assumido, por más razões, toda a visibilidade, vêem alargada a distância que os separa dos seus parceiros da União e quase se limitam a apagar fogos específicos para tentar evitar a propagação do incêndio.

Se foi um erro, como agora se reconhece, ter-se permitido a entrada da Grécia para o euro, a verdade é que as soluções avançadas para o problema desse país, que inaugurou (e aprofundou) a crise das dívidas soberanas, se têm mostrado desajustadas, ineficientes e tardias.

Faltou o impulso generoso e solidário a que nos momentos decisivos se assistiu no passado, prevalecendo, ao invés, a frieza e a miopia com que os problemas são abordados na mesa das negociações, entrando-se em escusada por-menorização e perdendo-se de vista o essencial.

4. Não deixa de ser curioso que programas de assistência correspondentes a um mesmo modelo, de inspiração germânica, e convergente, aliás, com a clássica receita do FMI, têm produzido resultados tão diferentes nos vários países assistidos.

A Irlanda superou com aparente facilidade os seus problemas; Portugal registou progressos no plano do combate aos défices das contas públicas, mas continua envolvido na questão, por resolver, de como pagar a pesada dívida acumulada; a experiência da Grécia traduz-se num flagrante malogro, possivelmente ainda acentuado pelos paradoxos da actual situação política: um partido tendencialmente anti-europeu e sobretudo anti-austeridade, chamado a executar um programa que envolve duras restrições, na esteira do que tem constituído a “sabedoria convencional” da política europeia.

Portugal não pode deixar de ser particularmente sensível a esta problemática, pois se encontra na primeira linha para um possível contágio com a crise grega, bastando um eventual “hair cut” da dívida helénica para que a posição portuguesa suba à ribalta, não escapando à atenção dos mercados e das agências de “rating”.

É ao nível excepcionalmente baixo dos juros das dívidas soberanas nos mercados financeiros, e bem assim ao programa do Banco Central Europeu de compra de obrigações dos Estados do Eurogrupo, que se deve a aparente acalmia em torno do problema da sustentabilidade daquelas dívidas.

Mas tais condições favoráveis não duram sempre. Pode chegar o momento em que se torne indispensável equacionar frontalmente a hipótese de reestruturação, sem a qual o déficit orçamental não poderá conter-se dentro dos limites fixados para o endividamento nas normas da União ou, alternativamente, se suscitarão sérios entraves à recuperação do emprego e ao desenvolvimento da economia.

5. Nascido no início da década de 50 do século passado com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e continuado, em 1957, com a Comunidade Económica Europeia, o projecto europeu visava, não só evitar o retorno aos devastadores conflitos que culminaram com a Segunda Guerra Mundial, como conduzir as democracias europeias a uma crescente integração, nos planos político, económico e social, assim conformando uma sociedade plurinacional em clima de progresso, de paz e de respeito dos direitos humanos, conferindo à Europa uma voz influente no contexto mundial.

Tais eram os ideais por que se batiam políticos clarividentes, como Schuman, Adenauer, De Gasperi, sem esquecer a profética mensagem dos discursos de Churchill no imediato pós-guerra.

Mas a Europa que através da CECA e da CEE se manifestava como um bloco coeso reunia apenas seis países — a França, a Alemanha, a Itália e os Estados do Benelux —, com marcadas afinidades no plano económico, e culturalmente próximos uns dos outros na fase do pós-guerra.

6. Ora, os alargamentos que sucessivamente se operaram vieram diluir a homogeneidade da construção inicial. Na primeira parte da década de 70, a adesão do Reino Unido, completada pela da Dinamarca e da Irlanda, foi um passo no sentido de uma marcada diferenciação.

Tendo sido superadas, no passado, situações críticas suscitadas pela presença britânica, e aceites pelos seus parceiros certas exigências formuladas pelo Reino Unido, é surpreendente que ainda hoje, quase meio século volvido desde a adesão desse país, esteja a pôr-se o problema da continuação, ou não, da qualidade de membro da entretanto redominada União Europeia.

Por estranho que pareça, as diversas soluções específicas do Reino Unido (não participação na união monetária europeia, não aplicação do regime de Schengen, etc.) não terão bastado para assegurar uma presença estável na União.

O segundo alargamento respeitou à entrada da Grécia — país com os pergaminhos históricos que se lhe reconhecem, mas que, sobretudo após a crise assinalada pela queda do Lehman Brothers, tornou patentes as carências que o separavam das estruturas mais desenvolvidas dos seus parceiros na União, ressaltando a generalização do clientelismo e da corrupção e a desorganização do aparelho do Estado, inclusivamente a nível da capacidade de cobrança de receitas.

O terceiro alargamento envolveu Portugal e Espanha, que vieram a ter, não obstante algumas dificuldades, percursos menos desequilibrados do que o da Grécia no contexto europeu.

Tratava-se de países distantes das visões federais, que viam na adesão sobretudo um meio de consolidarem os recém-instituídos regimes democráticos e de incrementarem o desenvolvimento económico, recuperando o atraso em relação às democracias industriais do Ocidente.

7. Bastavam os três alargamentos que ficam referidos para se evidenciar a marcada perda de homogeneidade da construção europeia.

Sem embargo da adopção de fórmulas supranacionais em certos domínios, a ideia do federalismo europeu, que eventualmente poderia ter tomado raízes a nível dos Seis, perdeu a sua plausibilidade.

Depois, deu-se a acessão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, todas ombreando, no plano económico, com os países mais evoluídos da CEE (quarto alargamento), não tendo este passo implicado disparidades sensíveis — excepção feita a compromissos de neutralidade política.

Mas a crescente heterogeneidade ainda mais se acentuou com os quinto, sexto e sétimo alargamentos, com o ingresso dos países da Europa de Leste que se haviam libertado a partir da queda do muro de Berlim (1989), e que se tinham convertido ao modelo económico e político ocidental.

O traçado das políticas da integração tende a diluir-se em face das idiosincrasias de quase três dezenas de países participantes.

8. A União Europeia, para mais assoberbada agora com o efeito paralisante da crise da dívida soberana de um dos membros do Eurogrupo, perde a sua força anímica e apaga-se no tablado das negociações internacionais.

Com efeito, entorpecida no seu processo de integração, paralisada por questões internas não resolvidas, ameaçada de implosão pelo esgotamento da missão assumida em comum, minada por crises que não consegue superar, a Europa torna-se cada vez mais irrelevante na arena política mundial.

A zona euro pode momentaneamente tirar proveito de novas realidades, como o declínio do preço do petróleo e a apreciação do dólar, registando-se também alguns avanços nas áreas da união bancária e da supervisão orçamental. E a adopção da política de “quantitative easing” pelo BCE representou uma infiltração keynesiana no terreno monetarista consagrado em Maastricht.

Mas pesadas sombras pairam sobre a construção europeia: a expectativa ansiosa que rodeia o anunciado referendo britânico, a instabilidade decorrente da opção russa pelo nacionalismo “imperial”, a emergência do autoproclamado “Estado islâmico” e as novas ameaças terroristas, os desentendimentos em face do afluxo maciço de refugiados, a quase estagnação económica e o risco de deflação, a perpetuação do problema das dívidas soberanas, acentuando as clivagens no seio da zona euro e entre esta e os restantes membros da União.

9. É nos países que no passado foram grandes potências, e que ainda são potências médias à escala mundial (Alemanha, França, Reino Unido), que se concentra algo do perdido protagonismo da Europa. Veja-se o caso das negociações entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, mais a Alemanha, sobre o programa nuclear do Irão.

Em projecções que antecipam os cenários geopolíticos para as décadas futuras (por exemplo, para 2030 ou 2040) e em que invariavelmente se evidenciam como protagonistas os Estados Unidos e a China, e porventura também a Índia, deixa de figurar a União Europeia, em sensível perda de consistência como actor político, surgindo em segunda linha potências como o Japão, a Rússia e, valendo por si, a Alemanha.

Estamos, portanto, bem longe das concepções de supranacionalidade e de federalismo que inspiraram directamente a CECA, se mantiveram, mas de modo já mais atenuado, na CEE (onde, ainda assim, se traduziram na fórmula da “ever closer union”), e ressurgiram, com diferente roupagem, no episódio da Constituição Europeia, em que as ambições dos autores do projecto foram cortadas cerce pelos referendos negativos da França e da Holanda (com a agravante de se tratar de dois dos Estados fundadores da Europa comunitária).

10. Parece ter passado para o plano das utopias a visão da Europa federal — da qual, aliás, sempre discordaram os partidários de uma integração intensa, mas compaginável com o estatuto dos países membros como Estados soberanos na ordem internacional. Hoje, o egoísmo dos interesses nacionais toma ascendência sobre a cooperação intra-europeia.

Está a dissipar-se o protagonismo que tiveram, no passado, as iniciativas das instituições europeias, caindo-se no enfraquecimento da influência da Europa no mundo, ou na limitação da sua projecção a um directório, de composição variável, reunindo as maiores potências europeias (Alemanha e França, nas decisões respeitantes ao Eurogrupo; Reino Unido e França, no plano político-militar, etc.).

A crise grega tornou claras as profundas diferenças na percepção dos problemas europeus entre os vários países da União e o relativo apagamento das instituições europeias, com ocupação da ribalta pelos Governos — e, acima dos demais, pelo alemão.

Oxalá se esteja ainda a tempo para se fazer renascer o ideal europeu, ainda há alguns anos tão aclamado por consagrados observadores norte-americanos que, desiludidos com o que referiam ser o declínio do “American dream”, viam na Europa intensamente integrada a portadora das grandes soluções do futuro...

11. A adesão à CEE da Grécia, Portugal e Espanha tornou-se possível em razão da substituição de regimes autoritários pela fórmula da democracia parlamentar.

Nos países do Leste europeu, a queda do muro de Berlim veio permitir a conversão à democracia. Mas a Rússia regressou às históricas raízes do Estado autoritário, e a Hungria (com a agravante de se tratar de um país membro da União) parece ir pelo mesmo caminho (restrições da liberdade de imprensa, construção do muro na fronteira com a Sérvia). As últimas mudanças políticas na Polónia auguram semelhante desvio em relação aos valores básicos da construção europeia.

É certo que os países resultantes da implosão da Jugoslávia adoptaram sistemas democráticos. Mas o Irão manteve o regime teocrático pelo qual enveredou já há décadas e a China continua a ser um Estado autoritário, embora aberta às práticas do capitalismo. O mesmo poderá dizer-se de países como Cuba e o Vietname.

Os Estados muçulmanos permanecem longe das fórmulas democráticas, salvo talvez a Indonésia e a Tunísia. A Primavera Árabe feneceu no Egipto, que

retrocedeu para o autoritarismo. Na península da Coreia, tudo se manteve como nos anos 50: o Sul adotando o regime democrático, o Norte continuando a ser o país mais fechado do mundo.

O panorama não é animador, já que, no último quarto de século, nenhum país em sistema autoritário se terá convertido à democracia.

12. O espírito europeu está em baixa desde a queda da Constituição Europeia, a qual representou uma última expressão do impulso federalista — já não abertamente promovido, antes implícito na mudança da moldagem da estrutura institucional da União Europeia.

A crise das dívidas soberanas não só suscitou sérias divergências no interior do Eurogrupo, como veio acentuar a clivagem, dentro da União Europeia, entre os países do euro — que polarizam todas as atenções —, e os demais (“maxime” o Reino Unido). A divisão entre a união monetária e os países membros exteriores, inicialmente prevista como transitória, tende a configurar-se como uma solução permanente.

O Reino Unido propõe-se fazer um referendo, já de si profundamente perturbador. E nesse país, bem como em outros Estados membros, sobem nacionalismos anti-União Europeia (ascensão de partidos situados nos extremos do espectro político). Infelizmente, o ideal europeu parece esgotado.

13. A União renunciou a tornar-se numa superpotência, não só por ausência de poder militar, mas sobretudo por falta de vontade política dos seus membros para avançar no processo de integração — reflexo do desinteresse das opiniões públicas quanto a se envolverem nesse processo.

Os alargamentos sucessivos terão sido uma das causas do desgaste do espírito europeu. A Seis, a Europa era um grupo coeso, inspirado no propósito de evitar o renascer de conflitos entre a França e a Alemanha. A Nove, já se tornava discutível que todo o conjunto avançasse ao mesmo ritmo, dada a posição de “maverick” do Reino Unido. A Europa a Doze resultou da entrada de três países periféricos, com diferenças estruturais em relação aos membros já existentes (tornadas visíveis quando despontou a crise das dívidas soberanas). Com os Quinze, não houve alterações; mas depois, a Vinte e Cinco ou a Vinte e Oito, evidenciou-se a dispersão política e cultural, e o potencial de desagregação agravou-se.

Cabe aqui recordar a crítica dirigida ao Tratado de Lisboa, voltado para aspectos institucionais e formais e quase omisso na abordagem dos problemas reais cuja solução importa aos cidadãos europeus — uma das razões da apatia com que aquele Tratado deparou junto da opinião pública dos Estados membros da União.

Diga-se, aliás, que a consciência dos actuais perigos que impendem sobre a Europa — mais diversificados e mais difusos do que no período da ameaça soviética — não parece ter a mesma força aglutinante que aquela ameaça representava.

É neste ponto — sem dúvida decepcionante — que nos encontramos, interrogando-nos sobre como se poderá conseguir a reanimação do fragilizado espírito europeu...

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 14 DE JANEIRO DE 2016)